



CADERNO DE QUESTÕES
CONSULTOR LEGISLATIVO

GABARITO 01
TARDE

ÁREA: DIREITO

ATENÇÃO

Sr. candidato,

Verifique se o tipo de gabarito constante em seu cartão-resposta corresponde ao da etiqueta colada na carteira e ao do caderno de questões recebido. Esses números deverão ser idênticos. Qualquer divergência informar, imediatamente, ao fiscal de sala e solicitar a devida correção.

1. A prova terá duração de 4 (quatro) horas, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém **60 (sessenta) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

| CONTEÚDO | QUESTÕES |
|--|----------|
| Atualidades | 01 a 10 |
| Legislação Municipal, Processo e Poder Legislativo | 11 a 30 |
| Área de Conhecimento: Direito Administrativo, Constitucional, Tributário, Civil e Leis Especiais | 31 a 60 |

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no seu **CARTÃO-RESPOSTA**, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

As paixões ensinaram a razão aos homens.

O descumprimento dessa instrução implicará a anulação da sua prova e a sua eliminação do concurso.

4. A prova deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente, não sendo permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha.
5. Durante a prova não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. O candidato somente poderá retirar-se, definitivamente, do recinto de realização da prova, entregando o **CADERNO DE QUESTÕES E O CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SOMENTE** durante os 30 (trinta) minutos finais de prova será permitido copiar seus assinalamentos do **CARTÃO-RESPOSTA**, em formulário próprio, a ser distribuído pelo fiscal de sala.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e sua assinatura na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O Rio e no Diário Oficial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro - D.C.M. no segundo dia útil após a realização das provas, e disponibilizado, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

Boa Prova!

ATUALIDADES

01. “Não há o que lamentar. Não importa em que direção, o mundo se move. Homens e mulheres vão e vêm de todos os lados do planeta, movendo-se literalmente ou através de sua imaginação.

Vamos, então, desmascarar o paradoxo de uma vez. Tudo circula: música, slogans de propaganda, turistas, bits de informação, filiais de indústrias; e, ao mesmo tempo, tudo parece estar coagulado, parado no mesmo lugar, as diferenças entre as pessoas e o estado das coisas atenuando-se cada vez mais”.

[GUATTARI, Félix. A Restauração da Paisagem Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 24, p. 293-300, 2006, p. 293]

Para Guattari, o fato que explica este estado de coisas é que:

- (A) os imigrantes se agruparam em guetos
- (B) as diferenças se anularam na proibidade
- (C) os espaços se tornaram estandardizados
- (D) as culturas se mostraram refratárias à diferença

02. “As mudanças climáticas podem matar 80% dos 600 mil pinguins imperiais até 2100, segundo um estudo publicado esta semana na revista *Nature Climate Change*. A maior ameaça às aves vem de alterações na cobertura do gelo no Oceano Antártico, o que afetará a criação dos filhotes e a alimentação da espécie. O ritmo do declínio populacional vai variar de acordo com as colônias, mas todas serão afetadas até o final do século”.

[NA ANTÁRTICA - Clima pode dizimar 80% dos pinguins imperiais. In: *Jornal O GLOBO*. Sociedade, 01/07/2014, p. 28]

Segundo Wagner Costa, em “A Ordem Ambiental Internacional”, a preocupação com a preservação das espécies ameaçadas de extinção, como a citada no texto acima, é uma demonstração de consciência ambiental, respeito à pluralidade de manifestações da vida no planeta e deve estar associada à discussão do seguinte valor:

- (A) genético
- (B) comercial
- (C) extrativista
- (D) humanitário

03. “Mesmo após a aprovação do novo Código Civil, a aplicação dos avanços da Constituição de 1988 encontrava entraves no Código Penal, que datava de 1940. Neste, constava o qualificativo: *mulher honesta*, que definia, para as mulheres o direito de ser, ou não, protegida, em caso de abuso, estupro ou fraude de cunho sexual. As modificações desse código, ocorridas em 2005, acarretaram, entre outras coisas, a retirada desse qualificativo, que, por sua vez, significou mudanças na punição de diversos crimes. [...] Também acabou com o artigo que apenas considerava crime o rapto de *mulher honesta*”.

[PEDRO, Joana. Mulheres. In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto*: 1987 - 2007. São Paulo: Contexto, 2007. p. 174-175]

Nesse novo Código Civil, deixou de ser considerada crime a seguinte prática:

- (A) aborto
- (B) adultério
- (C) meretrício
- (D) sadismo

04. “Os islandeses insurgiram-se, tal como pessoas em outros países, contra um setor do capitalismo financeiro especulativo que destruiu os meios de sustento do povo. Mas sua indignação veio da percepção de que as instituições democráticas não representavam os interesses dos cidadãos porque a classe política se tornara uma casta autorreprodutora que favorecia os interesses da elite financeira, assim como a preservação de seu monopólio sobre o Estado”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 46]

O fato histórico a que o texto se refere é conhecido como:

- (A) Sexta-Feira da Determinação
- (B) Revolução das Painéis
- (C) Revolta Islâmica
- (D) Debate do Povo

05. A atual Constituição Federal do Brasil estabelece a saúde como um direito universal e um dever constitucional de todas as esferas de governo, sendo o conceito de saúde ampliado e vinculado às políticas sociais e econômicas.

[Adaptado de: PAULUS Jr, Aylton; CORDONI Jr, Luiz. Políticas Públicas de Saúde no Brasil. In: *Revista Espaço para a Saúde*. Londrina, v.8, n.1, p. 13-19, Dez. 2006, p. 17]

Nesse contexto, a assistência é concebida de forma:

- (A) esporádica e sanitária
- (B) contínua e voluntária
- (C) preventiva e curativa
- (D) alternativa e clínica

06. “Quando a internet alastrou-se no mundo como um ambiente de comunicação confiável, ponto a ponto, bilateral e acessível até mesmo para indivíduos, a partir das suas residências, estabeleceu-se um ambiente global muito mais favorável às organizações em rede do que para as organizações verticais de comando, claro está, que, para sua viabilização, precisamos considerar a democratização do acesso à internet como peça-chave para que a população possa ter a possibilidade de organizar-se de modo horizontal”.

[PRETTO, Nelson, PINTO, Claudio C. Tecnologias e Novas Educações. In: *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo: ANPEd, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 20]

Segundo os autores, para que se garanta esse acesso horizontal, não apenas de forma individualizada nas residências, mas com soluções de uso coletivo, aberto a quaisquer pessoas, a seguinte medida é de fundamental importância:

- (A) ampliação do consumo de bens eletrônicos
 (B) expansão da rede de fibra ótica no país
 (C) privatização dos meios de comunicação
 (D) desenvolvimento de políticas públicas
07. “A Adbusters publica *post* no blog criando a *hashtag* #occupywallstreet e convoca um protesto para 17 de setembro, em que “20 mil pessoas inundaram o Lower Manhattan. Montaram barracas, cozinhas, barricadas pacíficas e ocuparam Wall Street pelo prazo de alguns meses”, exigindo “democracia, não corporocracia”, e afirmando que, a partir de sua “única e simples demanda, uma comissão presidencial para separar o dinheiro da política”, iriam “começar a estabelecer a agenda para uma nova América”.

[CASTELLS, Manuel. *Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 207]

A convocação inicial para esta ocupação teve como pretensão:

- (A) restaurar a democracia tornando o sistema político independente do poder do dinheiro
 (B) anular as medidas parlamentares de ajuda às instituições financeiras norte-americanas
 (C) impedir o *impeachment* do presidente Obama acusado de má gestão governamental
 (D) recuperar a credibilidade do conceito de *self-made man*, típica da cultura americana

08. O processo de internacionalização das economias capitalistas que se convencionou chamar de globalização possui algumas características como a enorme integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento singular do comércio internacional.

[Adaptado de: DUPAS, Gilberto. A Lógica da Economia Global e a Exclusão Social. In: *Revista de Estudos Avançados*. São Paulo, v.12, n.34, set./dec.2006, p.121]

Entre os fatores responsáveis pela viabilização desse processo em países de diferentes continentes, destaca-se a:

- (A) falência das empresas transnacionais
 (B) crise da produção agromanufatureira
 (C) instabilidade da economia mundial
 (D) queda das barreiras protecionistas

09. Entre os novos e distintos fatores que tornaram possível o sucesso das revoltas populares na Tunísia em 2011, por um período prolongado, iniciando o movimento das lutas populares por democracia no mundo muçulmano que ficou conhecido como “Primavera Árabe”, destacaram-se a:

- (A) telefonia e a rede Al Bayan
 (B) internet e a rede Al Jazeera
 (C) juventude e a rede Al-Ahram
 (D) minoria sunita e a rede Avanzi

10. “Na verdade, o hábito herdado de nosso passado colonial do uso privado da coisa pública enraizou-se de tal maneira no Estado e na sociedade brasileiros que a própria ideia clássica de cidadania ganhou entre nós um sentido próprio, marcado pela confusão quase generalizada entre o que é próprio do ambiente doméstico-familiar (amigos incluídos) e aquilo que é específico do Estado”.

[MONDAINI, Marco. Direitos Humanos, In: PINSK, Jaime (org.). *O Brasil no Contexto: 1987 - 2007*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 82]

Esse tipo de cidadania, em que as relações de caráter privado se impõem sobre as de caráter público é denominada:

- (A) patrimonialista
 (B) genética
 (C) regulada
 (D) substantiva

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, PROCESSO E PODER LEGISLATIVO

11. No Capítulo que trata dos direitos fundamentais, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro dispõe expressamente que:
- (A) o município criará formas de incentivo específicos, nos termos da lei, às empresas que apresentem políticas e ações de valorização social da mulher
 - (B) o município assegurará, aos portadores de deficiência, a possibilidade de recebimento de suas contas em braille, com desconto de 20%
 - (C) o município buscará garantir a integridade da fauna, vedada a prática de meios cruéis que violem os direitos fundamentais dos animais
 - (D) o município buscará assegurar o recebimento de bengalas aos portadores de deficiência de baixa renda que necessitarem
12. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro veda expressamente ao Município:
- (A) criar ou manter, com recursos públicos, carteiras especiais de assistência social
 - (B) pagar mais de dois proventos de aposentadoria a ocupante de função ou cargo público
 - (C) alienar áreas e bens imóveis sem a aprovação da maioria dos membros da Câmara Municipal
 - (D) alienar bens imóveis sem a aprovação de 1/3, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, é da competência exclusiva da Câmara Municipal:
- (A) decidir sobre a perda de mandato de Vereador, pelo voto secreto de dois terços dos seus membros, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica
 - (B) fixar a remuneração dos vereadores em cada legislatura, para a subsequente, no primeiro período legislativo ordinário do último ano de cada legislatura
 - (C) representar ao Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação de um terço dos seus membros contra o Prefeito por crime ou ato de improbidade
 - (D) conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços à causa da humanidade, mediante decreto aprovado por dois terços dos membros
14. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Município reger-se-á por:
- (A) lei ordinária votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
 - (B) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por maioria simples dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
 - (C) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 5 dias, e aprovada por um terço dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
 - (D) lei orgânica, votada em dois turnos, com interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará
15. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que a Câmara Municipal:
- (A) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus servidores
 - (B) não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
 - (C) não gastará mais de sessenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus vereadores
 - (D) não gastará mais de sessenta e cinco por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com o subsídio de seus servidores
16. Segundo as normas previstas na Constituição da República Federativa do Brasil, se o Presidente da República considerar o projeto de lei no todo ou em parte inconstitucional promoverá:
- (A) a sanção parcial, no prazo de 30 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 3 dias, ao Presidente do Senado Federal os motivos da sanção parcial
 - (B) o veto total, no prazo de 10 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 5 dias úteis, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos do veto
 - (C) o veto, total ou parcial, no prazo de 15 dias úteis, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 48 horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto
 - (D) a sanção, total ou parcial, no prazo de 15 dias, contados da data do recebimento e comunicará, dentro de 24 horas, ao Presidente da Câmara dos Deputados os motivos de eventual veto

17. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), o estágio probatório é:
- (A) o período de dois anos a contar da data da nomeação, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
 - (B) o período de três anos a contar da data da posse, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
 - (C) o período de três anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
 - (D) o período de dois anos de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no serviço público
18. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), à funcionária gestante será concedida, mediante inspeção médica:
- (A) licença de até 3 meses, sem prejuízo do cargo e do salário
 - (B) licença com vencimento integral, pelo prazo de seis meses
 - (C) licença de até 120 dias, sem prejuízo do cargo e do salário
 - (D) licença com vencimento integral, pelo prazo de cinco meses
19. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a pena de suspensão é cabível no caso de:
- (A) reincidência em falta já punida com repreensão
 - (B) desobediência ou falta de cumprimento de deveres
 - (C) reincidência de transgressão punível com advertência
 - (D) negligência, imprudência ou imperícia na atividade funcional
20. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), o orçamento anual poderá conter dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para a abertura de créditos adicionais, sob a denominação:
- (A) reserva de contingência
 - (B) crédito extraordinário
 - (C) crédito estratégico
 - (D) reserva adicional
21. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), a realização da despesa compreende três fases denominadas:
- (A) arrecadação, execução e pagamento
 - (B) empenho, execução e pagamento
 - (C) empenho, liquidação e pagamento
 - (D) empenho, dotação e liquidação
22. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro sobre as comissões permanentes, é possível afirmar que:
- (A) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, três comissões permanentes, não podendo, todavia, pertencer a mais de cinco, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
 - (B) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de quatro, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
 - (C) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de duas, sendo possível a participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
 - (D) cada vereador deverá participar da constituição de, pelo menos, uma comissão permanente, não podendo, todavia, pertencer a mais de três, ficando vedada participação na constituição das mesmas de membros efetivos da mesa diretora
23. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a Comissão de Defesa da Mulher será ocupada:
- (A) prioritariamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
 - (B) exclusivamente pelas vereadoras que integram a Câmara Municipal do Rio de Janeiro
 - (C) prioritariamente por mulheres comuns vítimas de violência doméstica
 - (D) preferencialmente por mulheres com notável conhecimento de causa

24. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, o processo simbólico de votação consiste na:
- (A) simples apuração dos votos favoráveis, contrários, em branco ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum especial de votação ou quando solicitada a verificação nominal de matérias de maioria simples
 - (B) simples apuração dos votos favoráveis, contrários ou nulos, com consignação expressa do nome e do voto de cada vereador e será realizado nos casos em que seja exigido quórum simples de votação ou quando solicitada a verificação nominal simbólica de matérias de maioria simples
 - (C) simples contagem de votos favoráveis e contrários, que será efetuada pelo Presidente, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado
 - (D) simples votação por arrastamento que será efetuada pelo vereador mais antigo, convidando os vereadores que estiverem de acordo a permanecerem sentados e os que forem contrários a se levantarem e procedendo, em seguida, à necessária contagem e proclamação do resultado
25. De acordo com as disposições expressas da Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a soberania popular se manifesta quando a todos são asseguradas condições dignas de existência e será exercida:
- (A) pela ação fiscalizadora sobre a administração e pelo controle do voto, dentre outros
 - (B) pela participação nas decisões do Município e pelas políticas públicas, dentre outros
 - (C) pela iniciativa popular, pelo plebiscito e referendo e pelas políticas públicas, dentre outros
 - (D) pelo voto direto e secreto com valor igual para todos e pelo sufrágio universal, dentre outros
26. De acordo com a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal tem sede no:
- (A) Palácio Marcelo Alencar
 - (B) Palácio Pedro Ernesto
 - (C) Palácio Guanabara
 - (D) Palácio Tiradentes
27. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível afirmar que:
- (A) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos prefeitos
 - (B) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta por cento do subsídio dos prefeitos
 - (C) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos deputados estaduais
 - (D) em Municípios de mais de quinhentos mil eleitores, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a sessenta e cinco por cento do subsídio dos deputados estaduais
28. De acordo com o disposto expressamente na Lei Municipal 94/79 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Poder Executivo do Município do Rio de Janeiro), a falta sujeita às penas de advertência, repreensão, multa ou suspensão prescreverá em:
- (A) dois anos
 - (B) três anos
 - (C) quatro anos
 - (D) cinco anos
29. A Lei Municipal 207/80 (Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro), no capítulo que trata dos contratos administrativos, estabelece expressamente que:
- (A) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação pelo período de doze meses, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial
 - (B) os contratos poderão ter vigência indeterminada ou determinada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a noventa dias, salvo disposição contrária de lei
 - (C) os contratos poderão ter vigência indeterminada, admitida sua negociação em caráter temporário, por período não inferior a quarenta e cinco dias, salvo disposição contrária de lei
 - (D) os contratos não poderão ter vigência indeterminada, admitida, porém, a sua prorrogação por igual período, mediante termo aditivo, salvo disposição contrária de lei especial

30. De acordo com o disposto expressamente no Regimento Interno da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, é possível afirmar que os projetos de lei de iniciativa da Câmara Municipal:
- (A) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoioamento, no mínimo, da maioria dos vereadores presentes
 - (B) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em sessão especial, salvo se representados com apoioamento, no mínimo, de três quintos dos vereadores
 - (C) quando aprovados e sancionados, deverão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoioamento, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores
 - (D) quando rejeitados ou não sancionados, só poderão ser renovados em outra sessão legislativa, salvo se representados com apoioamento, no mínimo, da maioria absoluta dos vereadores

ÁREA DE CONHECIMENTO: DIREITO ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL, TRIBUTÁRIO, CIVIL E LEIS ESPECIAIS

31. De acordo com as normas previstas na Lei 10.520 (Lei do Pregão), aquele que for convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, e não celebrar o contrato:
- (A) ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais
 - (B) poderá licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, mas será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital, desde que não haja prejuízo de ordem financeira para o Ente Público licitante
 - (C) ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados ou Municípios e será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais
 - (D) ficará obrigado a pagar multa prevista no edital e no contrato para que volte a contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e não seja descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores previstos na legislação específica
32. A modalidade de intervenção do estado na Propriedade consubstanciada em determinações de caráter geral, através das quais o Poder Público impõe a proprietários indeterminados obrigações positivas, negativas, ou permissivas para o fim de condicionar as propriedades ao atendimento da função social, denomina-se:
- (A) requisição
 - (B) ocupação temporária
 - (C) limitação administrativa
 - (D) servidão administrativa
33. De acordo com o disposto expressamente na Lei 11.079/2004 (Lei das Parcerias Público Privadas) é possível afirmar que:
- (A) as concessões administrativas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro público for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica
 - (B) as concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro público for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica
 - (C) as concessões administrativas em que mais de 60% (sessenta por cento) da remuneração do parceiro público for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica
 - (D) as concessões patrocinadas em que mais de 70% (setenta por cento) da remuneração do parceiro público for paga pela Administração Pública não dependerão de autorização legislativa específica
34. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, compete privativamente ao Senado Federal:
- (A) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa
 - (B) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais
 - (C) aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas
 - (D) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de presidente e diretores do Banco Central

35. De acordo com o entendimento doutrinário, o subprincípio da adequação exige:
- (A) que nenhum meio menos gravoso revele-se igualmente eficaz na consecução dos objetivos
 - (B) que as medidas interventivas adotadas se mostrem aptas a atingir os objetivos pretendidos
 - (C) que a proporcionalidade, também entendida como razoabilidade, prevaleça ao texto lei
 - (D) que os meios menos gravosos sejam sempre utilizados nas decisões judiciais
36. O princípio da força normativa da Constituição é conceituado pela doutrina como:
- (A) princípio interpretativo que conduz a que não se deturpe, por meio da interpretação de algum preceito, o sistema de repartição de funções entre os órgãos e pessoa designadas pela Constituição, evitando, pois, leituras desviantes da distribuição de competências entre as esferas da Federação
 - (B) princípio fundamental que recomenda que o alcance das normas seja comprimido até que se encontre o ponto de ajuste de cada qual, segundo a importância que elas possuem no caso concreto, evitando, pois, leituras desviantes da distribuição de competências entre os Poderes constituídos
 - (C) princípio interpretativo que propõe seja conferida prevalência aos pontos de vista que tornem a norma constitucional mais afeita aos condicionamentos históricos do momento, garantindo-lhe interesse atual e, com isso, obtendo-se máxima eficácia, sob as circunstâncias de cada caso
 - (D) princípio hermenêutico que postula que jamais se considere uma norma da constituição fora do sistema jurídico em que se integra, evitando-se contradições entre as normas constitucionais ou entre princípios constitucionais fundamentais ao Estado Democrático de Direito
37. De acordo com o capítulo da Constituição da República Federativa que trata da família, criança, adolescente, jovem e idoso é possível afirmar que:
- (A) é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde e à alimentação, dentre outros direitos
 - (B) são penalmente imputáveis os maiores de dezesseis anos e menores de dezoito, sujeitos às normas da legislação especial que verse sobre crianças e adolescentes
 - (C) são penalmente inimputáveis os menores de dezesseis anos, sujeitos às normas da legislação especial que verse sobre crianças e adolescentes
 - (D) é garantida a gratuidade dos transportes coletivos e urbanos aos maiores de sessenta anos, assim considerados como pessoas idosas
38. De acordo com os métodos de interpretação da Constituição, é possível afirmar que, pelo método científico-espiritual:
- (A) enxerga-se a tarefa hermenêutica por um problema, mas para equacioná-lo o aplicador está sempre vinculado ao texto constitucional
 - (B) exige-se que a constituição seja interpretada com os mesmos recursos interpretativos das demais leis existentes no ordenamento jurídico
 - (C) enxerga-se a Constituição como um sistema cultural e de valores de um povo cabendo à interpretação aproximar-se desses valores subjacentes à Constituição
 - (D) exige-se que seja aplicado o direito de escolher, dentre o conjunto aberto de regras e princípios, o mais adequado para uma solução justa ao caso concreto
39. A modalidade de lançamento que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa denomina-se:
- (A) lançamento de ofício
 - (B) lançamento por declaração
 - (C) lançamento por arbitramento
 - (D) lançamento por homologação
40. O imposto sobre a propriedade territorial urbana é:
- (A) municipal e pode ser progressivo em razão do valor do imóvel
 - (B) estadual e pode ter alíquotas diferentes de acordo com o uso do imóvel
 - (C) federal e não pode ser progressivo em razão do valor do imóvel
 - (D) municipal e não pode ter alíquotas diferentes de acordo com o uso do imóvel

41. De acordo com as normas previstas no Código Tributário Nacional é possível afirmar que:
- (A) a responsabilidade por infrações é excluída pela denúncia espontânea, assim considerada aquela apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, desde que não finalizado o procedimento no âmbito administrativo
 - (B) a responsabilidade por infrações é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração
 - (C) a responsabilidade por infrações não é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração
 - (D) a responsabilidade por infrações não é excluída pela denúncia espontânea, assim considerada aquela apresentada antes ou após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração, desde que não finalizado o procedimento no âmbito administrativo
42. De acordo com o disposto expressamente na Constituição da República Federativa do Brasil, será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei o imposto sobre:
- (A) propriedade territorial rural
 - (B) serviços de qualquer natureza
 - (C) propriedade predial e territorial urbana
 - (D) renda e proventos de qualquer natureza
43. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é possível afirmar que, na aplicação da lei, o juiz:
- (A) decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito
 - (B) aplicará a lei nova em detrimento da que estabeleça disposições gerais ou especiais
 - (C) atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum
 - (D) aplicará a lei do país do nascimento do defunto ou desaparecido
44. O instituto jurídico segundo o qual a pessoa obrigada, por dois ou mais débitos da mesma natureza, a um só credor, tem o direito de indicar a qual deles oferece pagamento se todos forem líquidos e vencidos, denomina-se:
- (A) pagamento com sub-rogação
 - (B) imputação de pagamento
 - (C) dação em pagamento
 - (D) confusão
45. De acordo com o disposto expressamente no Código Civil sobre o Usufruto, é possível afirmar que:
- (A) os frutos civis, vencidos na data inicial do usufruto, pertencem ao proprietário, e ao usufrutuário os vencidos na data em que cessa o usufruto
 - (B) os frutos civis, vencidos na data inicial do usufruto, pertencem ao usufrutuário, e ao proprietário os vencidos na data em que cessa o usufruto
 - (C) as crias dos animais pertencem ao proprietário, deduzidas quantas bastem para inteirar as cabeças de gado existentes ao começar do usufruto
 - (D) os frutos naturais pendentes ao tempo em que cessa o usufruto pertencem ao usufrutuário, devida a compensação das despesas
46. De acordo com o disposto expressamente no Código Civil no livro que trata do direito às sucessões, o instituto jurídico que tem por fim igualar, na proporção estabelecida no Código Civil, as legítimas dos descendentes e do cônjuge sobrevivente, obrigando também aos donatários que, ao tempo do falecimento do doador, já não possuem os bens doados é:
- (A) a arrematação
 - (B) o arrolamento
 - (C) a colação
 - (D) a partilha
47. De acordo com a Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), os interesses ou direitos coletivos são:
- (A) os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base
 - (B) os decorrentes de origem comum, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas entre si ou com a parte contrária por circunstâncias fáticas ou jurídicas
 - (C) os transindividuais de natureza divisível, de que sejam titulares pessoas determinadas ou determináveis e ligadas por circunstâncias de fato ou de direito
 - (D) os decorrentes de origem comum, que seja titular grupo ou categoria ligados entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica única, atual e básica
48. De acordo com o Pacto de São José da Costa Rica, para que uma petição seja admitida pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, será necessário:
- (A) que seja apresentada no prazo de 1 ano, a partir da data em que o prejudicado tenha sido notificado da decisão definitiva
 - (B) que seja apresentada no prazo de 10 meses, a partir da data em que o prejudicado tenha sido notificado da decisão definitiva
 - (C) que a matéria da petição ou comunicação esteja pendente de outro processo de solução internacional
 - (D) que a matéria da petição ou comunicação não esteja pendente de outro processo de solução internacional

49. De acordo com a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos:
- (A) reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no Município
 - (B) reconhecida idoneidade moral, idade superior a dezoito anos e residir no Município
 - (C) notável saber jurídico, idade superior a vinte e quatro anos e residir no País
 - (D) notável saber jurídico, idade superior a dezesseis anos e residir no Estado
50. De acordo com a Lei 12.852/2013 (Estatuto da Juventude) é possível afirmar que são consideradas jovens as pessoas:
- (A) com idade entre 10 (dez) e 18 (dezoito) anos de idade
 - (B) com idade entre 12 (doze) e 25 (vinte e cinco) anos de idade
 - (C) com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade
 - (D) com idade entre 14 (quatorze) e 21 (vinte e um) anos de idade
51. De acordo com a Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), no sistema de transporte coletivo interestadual, observar-se-á, nos termos da legislação específica:
- (A) desconto de 20% a 50%, no valor das passagens para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a meio salário mínimo
 - (B) desconto de 10%, no mínimo e de 50%, no máximo, no valor das passagens para idosos que excederem as 2 vagas gratuitas obrigatoriamente disponíveis
 - (C) desconto de 50%, no máximo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 1(um) salário mínimo
 - (D) desconto de 50%, no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos
52. De acordo com a Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), as entidades governamentais e não governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e do Conselho Municipal da pessoa idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados, dentre outros, o seguinte requisito:
- (A) apresentar, em seus quadros, pelo menos, 10% dos colaboradores com idade mínima de 60 anos
 - (B) apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis os princípios do Estatuto do Idoso
 - (C) apresentar prova inequívoca da implantação de equipamentos comunitários voltados à saúde do idoso
 - (D) apresentar número mínimo instalações arquitetônicas compatíveis com a acessibilidade e o conforto do idoso
53. A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência define desenho universal como:
- (A) modificação e o ajuste necessário e adequado que não acarrete ônus desproporcional ou indevido, quando requerido em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais
 - (B) diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais no âmbito social ou econômico
 - (C) meio e formato aumentativo e alternativo de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis, tais como a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral
 - (D) concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias

54. De acordo com a Lei 6.938/81 (Lei da política nacional do meio ambiente), o Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, possui como órgão central:
- (A) a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a política nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente
 - (B) o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais
 - (C) o Conselho de Governo, com a função de assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais
 - (D) o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA com a finalidade de executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente
55. De acordo com a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), o juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica:
- (A) acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta
 - (B) manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até 1 ano
 - (C) manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até 120 dias
 - (D) acesso prioritário à remoção de servidora pública federal, estadual ou municipal e empregada do setor privado
56. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:
- (A) as usinas que operem com energia elétrica deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas
 - (B) as usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas
 - (C) as usinas que operem com energia eólica deverão ter sua localização definida em lei federal, estadual ou municipal, conforme a hipótese
 - (D) as usinas federais que operem com reator prejudicial ao meio ambiente deverão ter sua localização definida em lei ou decreto federal
57. De acordo com a Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a tutela será deferida a pessoa:
- (A) de até 16 (dezesesseis) anos de idade incompletos e pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar, mas não implica necessariamente o dever de guarda
 - (B) de até 21 (vinte e um) anos de idade incompletos e pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda
 - (C) de até 18 (dezoito) anos de idade incompletos e pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar, mas não implica necessariamente o dever de guarda
 - (D) de até 18 (dezoito) anos de idade incompletos e pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda
58. Constitui crime punível com reclusão de seis meses a 1 ano e multa, expressamente previsto na Lei 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), a seguinte conduta:
- (A) veicular informações ou imagens depreciativas à pessoa do idoso
 - (B) abandonar idoso em hospitais ou entidades de longa permanência
 - (C) lavar ato notarial que envolva idoso sem a devida representação
 - (D) negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho
59. De acordo com a Lei 6.938/81 (Lei da política nacional do meio ambiente), compete ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):
- (A) fiscalizar e controlar a análise de projetos de entidades, públicas ou privadas, objetivando a preservação ou a recuperação de recursos ambientais, afetados por processos poluidores.
 - (B) estabelecer, privativamente, normas e padrões nacionais de controle da poluição por veículos automotores, aeronaves e embarcações, mediante audiência dos Ministérios competentes
 - (C) estabelecer, mediante sua proposta normas e critérios para o licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras a ser concedido aos Municípios
 - (D) propor normas e padrões para implantação, acompanhamento e fiscalização do licenciamento ambiental, que deve ser averbado no registro de imóveis competente
60. De acordo com a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), para a proteção patrimonial dos bens da sociedade conjugal ou daqueles de propriedade particular da mulher, o juiz poderá determinar, liminarmente, a seguinte medida, entre outras:
- (A) penhora em conta bancária de quantia em dinheiro para a subsistência da vítima da violência
 - (B) proibição definitiva para a celebração de contratos de locação de propriedade comum
 - (C) suspensão das procurações conferidas pela ofendida ao agressor
 - (D) restituição de bens devidamente subtraídos pelo agressor à ofendida